

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

**CONTROLE SOCIAL DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL:
POTENCIALIDADES E DESAFIOS DOS COREDES E COMUDES DA REGIÃO
FUNCIONAL DE PLANEJAMENTO 7 DO RIO GRANDE DO SUL¹
SOCIAL CONTROL OF REGIONAL DEVELOPMENT: POTENTIALITIES AND
CHALLENGES OF COREDES AND COMUDES IN THE FUNCTIONAL
PLANNING REGION 7 OF RIO GRANDE DO SUL STATE.**

**Jenifer Friedrich Malaquias², Sérgio Luís Allebrandt³, Luiza Fracaro
Polleto⁴, Adriano Fritzen⁵, Daniel Hinnah⁶**

¹ Grupo de Interdisciplinar de Estudos em Gestão Pública, Desenvolvimento e Cidadania (GPDeC)

² Bolsista PROBIC-FAPERGS, aluna do Curso de Administração da Unijuí.

³ Professor Titular do PPGDR/Unijuí, Doutor em Desenvolvimento Regional pelo PPGDR/UNISC, orientador e coordenador do Projeto de Pesquisa.

⁴ Bolsista PIBIC-CNPq, aluna do Curso de Direito da Unijuí.

⁵ Mestrando em Desenvolvimento Regional no PPGDR-Unijuí.

⁶ Mestrando em Desenvolvimento Regional no PPGDR-Unijuí. Bolsista PPGSS-Unijuí.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho tem como objetivo abordar quais são as principais potencialidades e desafios enfrentados pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) e Conselhos Municipais de Desenvolvimento (Comudes) da Região Funcional de Planejamento Sete (RFP7) no processo de controle social do desenvolvimento regional.

Originada da sociologia, a expressão **controle social** comumente é utilizada para designar os mecanismos que determinam a ordem social regulamentando a sociedade e submetendo os indivíduos a determinados padrões sociais e princípios morais (BOBBIO; PASQUINO; MATTEUCCI, 2008).

Já Calvi (2008) analisa o controle social caracterizando-o como não unívoco. Existe o controle social típico do capitalismo que é o controle do capital exercido pelo Estado sobre a sociedade, para controlar as classes subalternas e suas organizações, mas, há que se reconhecer os processos desencadeados nas décadas de 1970 e 80 pelo movimento social no Brasil, ao qual chama de controle social democrático “[...] entendido como a possibilidade da sociedade civil organizada participar da formulação e fiscalização das políticas sociais, bem como acompanhar e fiscalizar as ações do Estado brasileiro em seus três níveis federados” (CALVI, 2008, p. 288).

O controle social então compreende a participação do cidadão na gestão pública, na fiscalização, no monitoramento e no controle das ações da Administração Pública. Por meio dos Coredes e Comudes os cidadãos não só participam do processo de tomada de decisões da Administração Pública, mas, também, do processo de fiscalização e de controle dos gastos públicos, bem como da

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

avaliação dos resultados alcançados pela ação governamental.

A RFP7 é composta pelos seguintes Coredes: Fronteira Noroeste, Celeiro, Noroeste Colonial e Missões que são integrados por 77 município do noroeste gaúcho. Cada município possui um Conselho Municipal de Desenvolvimento. Coredes e Comudes são espaços públicos de intermediação da sociedade civil com o Estado, com o objetivo de promoção do desenvolvimento local e regional, atuando no processo de definição, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

METODOLOGIA

Este artigo é resultado parcial de dois projetos de Iniciação Científica (Controle social do desenvolvimento regional: potencialidades e desafios aos Comudes; Controle social do desenvolvimento regional: avanços e desafios nos Coredes da Região Funcional 7), ambos vinculados ao Projeto de Pesquisa “Gestão Social e Cidadania: o Controle Social do Desenvolvimento Regional no Rio Grande do Sul” desenvolvido pelo Grupo Interdisciplinar de Estudos em Gestão e Políticas Públicas, Desenvolvimento, Comunicação e Cidadania (GPDeC) da Linha de Pesquisa Políticas Públicas e Gestão Social do Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Desenvolvimento Regional (Mestrado e Doutorado) da Unijuí (PPGDR). No âmbito deste projeto estão em fase de defesa final quatro dissertações de mestrado e um relatório de bolsa de pós-doutorado.

Para elaborar este artigo foi utilizada parte das entrevistas realizadas para os projetos de pesquisa dos mestrandos, desenvolvidas nos quatro Coredes da RFP7. As entrevistas foram realizadas com base em roteiro elaborado a partir de categorias e critérios de análise. Este artigo considerou especialmente as falas dos entrevistados relacionadas à categoria **controle social** e seus critérios, conforme Quadro 1.

Quadro 1: Critérios de análise da categoria controle social e as questões orientadoras para as entrevistas

Categoria	Critério de Análise	Questionário
-----------	---------------------	--------------

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Controle Social	Transparência	1. O Conselho tem acesso às informações do setor público? De que forma? 2. Existem mecanismos que permitam ao Conselho, acesso direto às informações governamentais? Quais? 3. Em caso de ter acesso, essas informações são utilizadas para a tomada de decisões dentro do conselho? 4. Existe acompanhamento dos programas e ações governamentais sugeridas pelo Conselho? De que forma isso ocorre?
	Legitimidade Social	5. O Conselho, como promotor do desenvolvimento local/regional, tem condições de assumir o protagonismo do controle social na sua área de atuação? 6. Os atores que compõem o Conselho são reconhecidos pela sociedade como agentes promotores do bem comum? 7. A dinâmica do Conselho permite espaço para discussão de temas ligados à transparência e combate à corrupção?
	Acompanhamento de Políticas Públicas	8. Alguma ação de controle social já foi realizada pelo Conselho? Como ela ocorreu? 9. O Conselho acompanha e divulga análises das políticas públicas?
	Instrumentos de Controle	10. Alguma vez o Conselho já interferiu para mudar alguma obra/programa em andamento? 11. Quais instrumentos de controle são utilizados pelo Conselho?
	Inteligibilidade	12. As informações disponibilizadas ou acessadas pelo Conselho são compreendidas pelos conselheiros? 13. Como você percebe a intervenção dos conselheiros nas reuniões, se verifica uma compreensão do assunto tratado ou do contexto em que o mesmo se encontra ou reflete puramente os interesses da pessoa/órgão representado?
	Promoção do Controle Social	14. As ações do Conselho têm a capacidade promover o controle social? 15. Quais ações o Conselho realiza e pode realizar para a promoção do controle social?

Fonte: Matriz de critérios de análise elaborada pelo GPDeC (2016).

Tratou-se de pesquisa de caráter qualitativo, metodologicamente ancorada na hermenêutica de profundidade de John Thompson (1995), dentro da tradição da teoria social crítica.

RESULTADOS DO ESTUDO

A RFP7 possui uma população de 783 mil habitantes (estimativa IBGE 2015), o que corresponde a 7% da população do Estado. O PIB regional é de R\$ 23,4 bilhões em 2014, equivalente a 6,5 % do PIB estadual. A Região se caracteriza pela existência de propriedades com elevado nível de mecanização e tecnologia que, em sua grande maioria, possuem a produção de soja como

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

principal atividade e, ainda, pela presença de grande número de pequenas propriedades familiares com produção diversificada, mas também com importante participação da produção de soja. Além disso, se destaca pela forte presença da cadeia de máquinas e implementos agrícolas. Em termos de PIB per capita, em 2014 o mesmo era de 29.849,66 reais para a RFP7, inferior, portanto, ao PIB pc médio do estado, que era de R\$ 32.195,42. OS Coredes Noroeste Colonial e Fronteira Noroeste, no entanto, apresentaram PIB pc superior à média estadual (respectivamente 34,7 e 35,3 mil reais) enquanto que os Coredes Missões e Celeiro apresentaram PIB pc bem inferior (respectivamente 25,9 e 22,6 mil reais). Na Tabela 1 apresenta-se o Índice de Desenvolvimento Socioeconômico (Idese) dos quatro Coredes da RFP7. O Noroeste Colonial se destaca em todo período, com Idese sempre superior à média estadual e à média da RFP7, atingindo a partir de 2013 alto desenvolvimento. Os outros três Coredes encontram-se na faixa de desenvolvimento médio-superior. O Corede Fronteira Noroeste está nesta faixa em todo o período. O Corede Missões passou da faixa médio central para a médio superior em 2011 e o Corede Celeiro em 2012. Estes dois Coredes apresentam Idese inferiores à média da RFP7 e do estado em todo o período.

Tabela 1: Idese dos Coredes da RFP7 – 2008 a 2014

Coredes	IDESE						
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
Noroeste Colonial	0,741	0,758	0,748	0,767	0,788	0,800	0,826
Fronteira Noroeste	0,720	0,730	0,733	0,747	0,760	0,781	0,798
Missões	0,687	0,692	0,688	0,702	0,711	0,736	0,747
Celeiro	0,656	0,672	0,680	0,699	0,708	0,729	0,737
RFP 7	0,706	0,717	0,715	0,732	0,746	0,766	0,781
Rio Grande do Sul	0,704	0,713	0,720	0,726	0,734	0,747	0,757

Fonte: elaboração dos autores com base no FEE-Dados

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nas últimas décadas vêm sendo implementados, cada vez mais no Brasil, a participação e o controle social, através dos mecanismos de democracia participativa: os conselhos. Coredes e Comudes são entendidos como espaços públicos ou fóruns de discussão e decisão a respeito de políticas e ações que visem ao desenvolvimento local e regional, sendo que seu funcionamento ocorre por meio da deliberação, em reuniões plenárias realizadas sobre temas de interesse local/regional. Mas como muitos relataram essas reuniões não vem acontecendo da forma como deveria, prejudicando assim o bom funcionamento dos Coredes e Comudes.

Em termos gerais é perceptível que tanto os Coredes quanto os Comudes necessitam de algumas mudanças. Como a viabilização de locais específicos para o funcionamento destes arranjos

Evento: XXV SEMINÁRIO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA

institucionais. Tentar de alguma maneira aumentar a comunicação dos Coredes com os Comudes, já que nos tempos de era digital está mais fácil viabilizar esta integração alcance. Também é valido ressaltar para os cidadãos de quão grande importância é a participação da sociedade juntamente com os Coredes e Comudes, seja pela votação na consulta popular ou, em especial, nas reuniões presenciais destes.

Uma sugestão é que Coredes e Comudes façam campanhas divulgando a importância de a comunidade participar das discussões e decisões que afetam os municípios e a região, em prol de um desenvolvimento mais harmônico e sustentável. A participação ativa dos cidadãos é fundamental para o fortalecimento da cidadania e da democracia deliberativa, e por meio do controle social Coredes e Comudes certamente contribuirão para a aplicação dos recursos públicas de forma eficiente e eficaz.

Palavras-Chave: Controle Social. Políticas Públicas. Coredes.

Keywords: Social Control. Public policy. Coredes

REFERENCIAS

BOBBIO, N.; PASQUINO, G.; MATTEUCCI, N. **Dicionário de Política**. 13a. ed. Brasília/DF: UNB, 2008. v. 1.

FEE-DADOS. Disponível em: <http://feedados.fee.tcche.br/feedados/>. Acesso em: 30 jun. 2017.

IBGE. Banco de Dados Agregados. Sistema IBGE de Recuperação Automática - SIDRA. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 30 jun. 2017.

CALVI, K. U. O Controle Social nos Conselhos de Políticas e de direitos. In: **Revista Emancipação**, Ponta grossa, v.8, n.1, 09-20, jan/jun, 2008.

VENTURA, Deisy. **Monografia jurídica**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2002.